

## EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA GEOGRAFIA ESCOLAR: RELATOS DE UMA OFICINA EXPERIMENTAL

Vanessa Santos do Nascimento<sup>1</sup>  
Érico Jonatan Oliveira de Lima<sup>2</sup>  
Camila Vitoria de Oliveira<sup>3</sup>  
Raphaela de Toledo Desiderio<sup>4</sup>

### INTRODUÇÃO

O racismo é um problema social que está presente em diversos espaços, sejam eles em instituições públicas ou privadas, provoca a exclusão social, a desigualdade racial, o sentimento de culpa, o sentimento de inferioridade e a depressão. É essencial debater essa problemática na escola uma vez que são consequências das heranças passadas, de um país construído a base de um período escravocrata, sendo inclusive, o último a libertar os escravizados, e quando assim o fez, não possibilitou o acesso à terra como fez com os outros povos oriundos do continente europeu. Nesse sentido, é necessário que se fortaleça nas escolas, uma educação antirracista. Esse passo é fundamental para o processo de reparação histórica, sabendo com isso que a educação é um dos caminhos para a luta contra o racismo. A sociedade civil na figura das famílias precisa assumir seu papel, buscando orientar as crianças e jovens para o respeito à diversidade étnicoracial existente em nosso país. Nenhuma criança nasce racista, o racismo em nosso país é estrutural. Na escola, os professores têm o desafio de mediar a construção de conhecimentos que possibilitem que os estudantes sigam o caminho da diversidade sociocultural, através da história e da cultura afrobrasileira, possibilitando um conhecimento antirracista, informando sobre as leis já existentes para o combate ao racismo, ressaltando inclusive, que se trata de crime, mas sobretudo, auxiliando para que haja o entendimento de que todas as diversidades que existem em nosso país devem ser respeitadas.

O objetivo da oficina que aqui relatamos foi experimentar uma estratégia educativa capaz de colocar em diálogo as questões étnico-raciais no Brasil em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental. A relevância da oficina não se dá apenas pela abordagem da temática, que contempla questões étnico-raciais como também evidencia a importância de atividades, que envolvam estudantes dos cursos de licenciaturas não só nos momentos específicos de realização dos estágios.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Geografia Licenciatura /oitavo semestre/2023. Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim. Contato: vanegrasim@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Geografia Licenciatura /oitavo semestre/2023. Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim. Contato: ericojonatan77@gmail.com.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Geografia Licenciatura /oitavo semestre/2023. Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim. Contato: oliveiravcamila2001@gmail.com.

<sup>4</sup> Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora do subprojeto Geografia – Núcleo Erechim RP. Prof.<sup>a</sup> dos cursos de Geografia e Pedagogia Licenciatura, campus Erechim. Contato: raphaela.desiderio@uffs.edu.br.

<sup>5</sup> Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo fomento da bolsa de pesquisa de ensino.

## 1 METODOLOGIA

A oficina que relatamos aqui é resultado de uma das atividades de avaliação realizada no Componente Curricular Projeto Integrador III – PID III, pensada e produzida junto com as bolsistas do Residência Pedagógica. Foi realizada na escola estadual Haidée Tedesco Reali, localizada nas proximidades da principal avenida do centro da cidade de Erechim/RS (Figura 1).

O nosso desafio enquanto futuros profissionais da educação é construir ou adaptar metodologias existentes, que possibilitem a articulação entre a teoria e a prática de modo que busque a participação dos estudantes. Nesse sentido, a oficina se configura como um modo de fazer em educação, um lugar onde se experimentam práticas (Godoy, 2011). Trata-se de um espaço de experimentação em que não é o material que a define, é um modo de fazer com ele. É a partir dessa perspectiva que buscamos experimentar um jeito de fazer na escola.

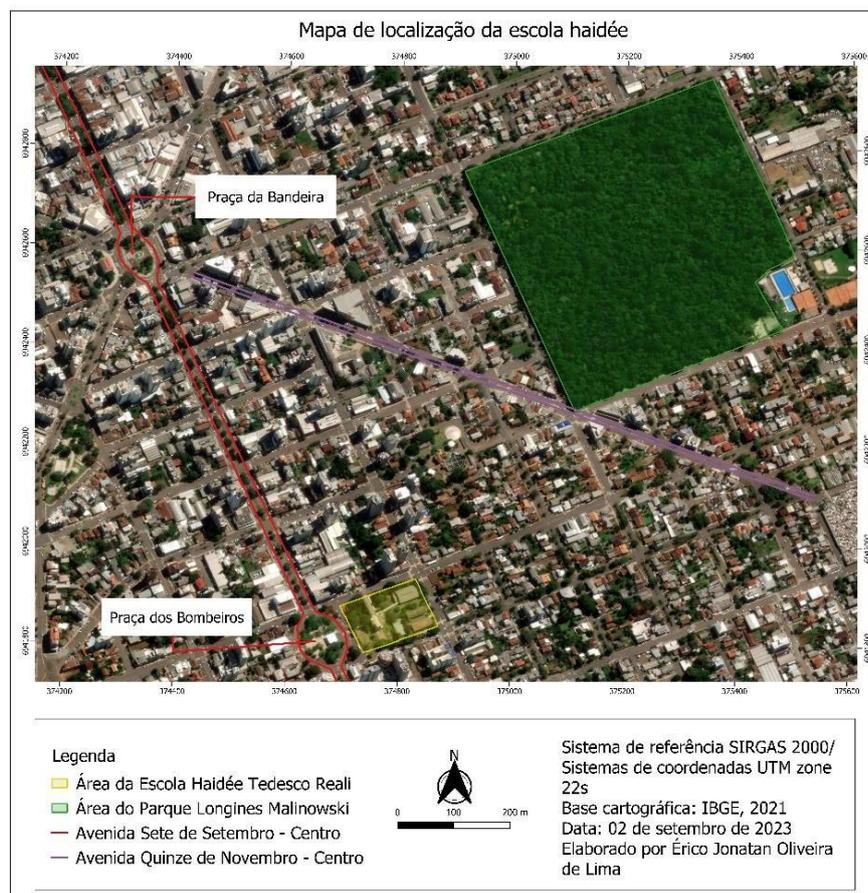


Figura 1: Localização da escola Haidée Tedesco Reali.  
Fonte: IBGE, 2021. Elaborado pelos autores.

Para chegarmos aos nossos resultados dividimos a atividade da oficina em dois momentos: i) realizamos uma exposição de 20 minutos, trazendo dados do IBGE sobre a população negra e parda, além disso, trabalhamos com o conceito de *negritude*, para apresentar os aspectos que envolvem o entendimento das desigualdades étnico-raciais no Brasil, ii) apresentamos e mediamos o jogo 24 por 7: desembolando o racismo cotidiano, material chave da nossa proposta. Além das observações e da busca por artigos científicos, livros com temas similares para auxiliar na explanação do conteúdo e na produção desse texto.

## 2 DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Para dialogarmos e iniciarmos uma discussão sobre essa temática apresentamos, no primeiro momento, os dados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios – PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). A pesquisa indica que 56% da população no Brasil é negra, ou seja, é a maioria da população. Existem também, cerca de 43% da população parda que para o IBGE são pessoas negras de pele clara. Apresentar estes dados é importante para que os estudantes percebam que, apesar da população negra ser a maioria, ainda sim, o racismo está presente todos os dias, seja ele de uma forma camuflada ou explícita. Durante as nossas falas no primeiro momento da atividade, reforçamos que o racismo no Brasil ainda esteve presente, mesmo com a abolição da escravatura em 1888. Como exemplo, podemos citar o próprio projeto de branqueamento no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região norte, que se apoiou na lei de terras de 1850. Tal legislação tornou as terras “vazias” que, na verdade, estavam ocupadas por negros, indígenas, caboclos e fugitivos da guerra dos farrapos, em terras devolutas. Dessa forma, as terras passaram a ser dominadas e comercializadas pelo Estado, isso provocou a expulsão dos povos originários, dos negros e dos fugitivos das guerras dos farrapos porque não tinham condições de comprar a terra (Pereira; Valle, 2019). Em 1900, no período em que Erechim era uma colônia o Estado através do decreto nº 313, distribuía 25 hectares de terras para os imigrantes italianos, poloneses e alemães. Essas terras foram financiadas, tendo os imigrantes um prazo de cinco anos para quitar a dívida com o Estado, e a forma de pagamento era por meio de serviços públicos como a construção de estradas para facilitar a exportação dos produtos do campo (Funfgelt, 2004).

Tal fato nos faz refletir, e perguntar, por que o Estado não financiou as terras para os negros, os indígenas e as pessoas que estavam fugindo da guerra dos farrapos? A exclusão e o racismo já se revelavam nos processos de formação da cidade de Erechim. Para o Estado, juntamente de um grupo da sociedade civil influente que corroborou para o branqueamento da região, a cultura e a raça branca eurocêntrica eram consideradas superiores às raças “de cor” (Pereira; Valle, 2019). Isso justifica o não financiamento, estar inteiramente relacionado ao racismo.

Além de trazeremos essa problemática da escala local na exposição, discutimos também sobre o conceito de *negritude*. Para mostrar aos alunos a importância das articulações dos negros intelectuais, que se debruçaram para construir uma consciência negra. Nesse sentido, Munanga (1990) chama atenção desse conceito que resgata essa consciência, colocando os negros em pé de igualdade, isso só fortalece a sua identidade e a luta do coletivo, pois, com a alienação e com a falta de conscientização histórica e política o negro poderá se afogar no seu complexo de inferioridade. No contexto de um mundo globalizado, é possível definir esse conceito como um instrumento político que veio para combater as injustiças que os negros sofrem dos opressores brancos (Munanga, 2019). Além disso, cria-se uma rede solidária às vítimas que passam por humilhações e negações da sociedade do mundo ocidental (Munanga, 2019). Falar de negritude, é falar de grupos organizados que têm como propósito de reabilitar os valores do seu povo, e combater a negação de suas culturas (Munanga, 2019).

No segundo momento trouxemos o jogo de tabuleiro chamado 24 por 7: desembrando o racismo cotidiano. Este jogo está disponível gratuitamente através do site do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC, que é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que promove equidade e qualidade na educação pública brasileira (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, 2021). Para jogar, é preciso de no mínimo três jogadores e no máximo sete. O jogo possui cinco cartas, que trazem problematizações sobre serviços públicos e direitos sociais, entre elas estão: uma amarela com o tema trabalho, duas verdes que trata de serviços e mobilidade, uma rosa, cujo o tema é família e lar, e duas brancas que é educação e o coringa (Figura 02).

Todas as cartas, exceto o coringa, relatam as dificuldades e o difícil acesso que a população negra possui aos serviços públicos e aos direitos sociais. A carta do coringa significa que o jogador deverá, no início do jogo, escrever algo na carta, compartilhando, por exemplo, alguma situação envolvendo racismo e preconceito vivenciada por ele, por algum parente ou colega. O jogo funciona com um dado, ao jogá-lo, por exemplo, se o número for três o jogador avançará três casas com os pinos, ao cair no quadrado branco permanece nele e jogará a próxima rodada, ao cair no quadrado de informações que apresenta um dos temas do jogo terá que ler para todos o resumo deste quadro, e ler as informações da carta. Ao passarmos as instruções, os alunos do 9º ano ficaram curiosos e motivados para participar.

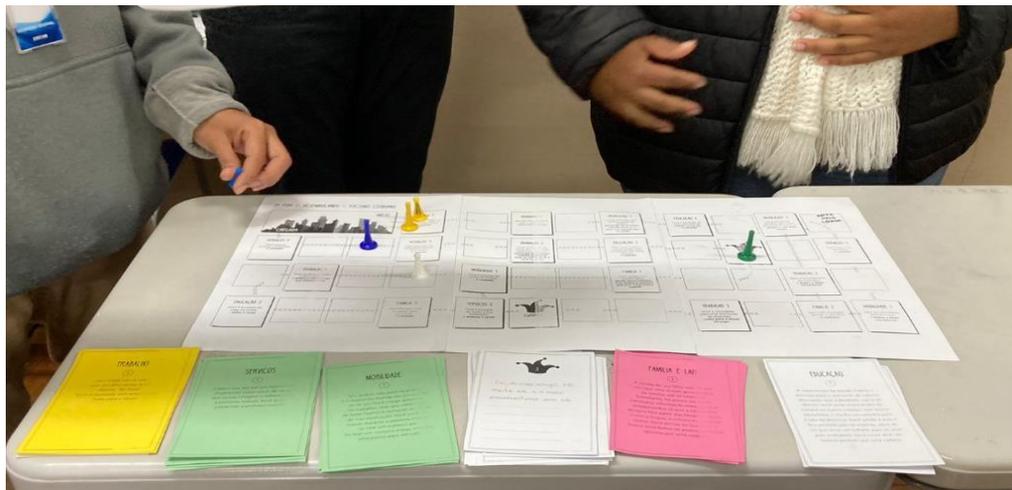


Figura 2: Apresentações da carta do jogo  
Fonte: Acervo dos autores.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados foi possível vivenciar através do jogo “24 por 7: desembrando o racismo cotidiano”, algumas situações que evidenciam a dificuldade que as pessoas negras enfrentam para ter acesso aos serviços públicos e direitos sociais em nosso país. Os relatos compartilhados pelos estudantes e as informações das cartas do jogo reforçam a necessidade de desconstruir estereótipos e promover a igualdade de oportunidades, independentemente, da cor da pele. Os estudantes perceberam a dificuldade de avançar até o final do jogo justamente por conta das dificuldades vivenciadas pelas pessoas negras em relação ao acesso aos serviços essenciais na vida cotidiana. A escola é um espaço importante que precisa ser ocupado para construir conhecimentos antirracistas, a base educacional pode

ser o caminho dessa desconstrução, pois, a esperança da nossa nação está na formação das crianças. Por fim, combater o racismo no Brasil requer um esforço conjunto da sociedade, do Estado e do sistema educacional. Uma educação antirracista aliada a políticas públicas de qualidade é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## CONCLUSÃO

Os relatos e as discussões realizadas na oficina proporcionaram uma importante reflexão sobre a realidade do racismo em nosso país. Ao compartilharmos dados como o fato de que a população negra representa a maior parte da população brasileira e mesmo assim enfrenta cotidianamente situações de racismo. Por isso, torna-se evidente a necessidade de promover uma educação antirracista nas escolas. É fundamental o papel da escola e dos professores na mediação e construção de conhecimentos, para o entendimento da importância da diversidade étnico-racial e para a superação de estereótipos e preconceitos. Ao abordar de forma livre temas como a questão racial, os professores e a escola estarão contribuindo para a formação de indivíduos que respeitem a diversidade étnico-racial, promovendo assim a justiça social e a igualdade de direitos para todos.

Ao dialogarmos sobre as heranças passadas e a exclusão histórica dos povos indígenas, negros e outros grupos marginalizados reforçamos a importância do fortalecimento de políticas públicas, que visem a reparação histórica e o acesso igualitário a todos. Também, é fundamental que as famílias participem deste processo, assumindo o seu papel na orientação das crianças e jovens para combater o racismo estrutural desde a infância.

## REFERÊNCIAS

CENPEC. **Quem somos**, 2021. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/quem-somos>. Acesso em 09. jul. 2023.

FÜNFGELT, Karla. **História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim-RS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. 2004.

GODOY, Ana. **Oficinas experimentais**. 2011. Disponível em: <https://sites.google.com/site/outrasecologias/oficina-um-modo-de-pensar-um-modo-de-fazer>. Acesso em: 15. mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cor ou Raça**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Negritude Afro-Brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista de Antropologia**, v. 33, p. 110-117, 1990.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude-Nova Edição: Usos e sentidos**. Autêntica Editora, 2019.

PEREIRA, Natália Biscaglia; VALLE, Ângela. Fragmentos de memórias no Norte gaúcho: as construções em madeira dos (i) migrantes e a barragem de Itá. **Patrimônio e Memória**, v. 15, n. 2, p. 285-307, jul/dez. 2019.